

Limites e potencialidades na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho na Universidade Federal de Viçosa: uma análise sob a ótica do agir organizacional

ROBERTO SILVA BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

ODEMIR VIEIRA BAETA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

LUIZ ANTÔNIO ABRANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

PEDRO PAULO PRADO JUNIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Limites e potencialidades na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho na Universidade Federal de Viçosa: uma análise sob a ótica do agir organizacional

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar os limites e as potencialidades da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) na Universidade Federal de Viçosa (UFV), fundamentando-se na Teoria do Agir Organizacional de Bruno Maggi e nas diretrizes da própria PASS. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e documental, com análise de registros institucionais produzidos entre 2019 e 2024, incluindo sites institucionais, normativas vigentes, relatórios do SIASS, memorandos, atas de reuniões e processos eletrônicos. O contexto investigado envolveu as ações de promoção, prevenção, assistência e perícia oficial em saúde no âmbito da UFV, com foco na saúde ocupacional dos servidores públicos federais. Os resultados indicaram potencialidades, como a atuação integrada das equipes multiprofissionais, a adequação das instalações físicas e a realização sistemática de ações preventivas e assistenciais alinhadas às diretrizes nacionais, além do uso estratégico de indicadores nosológicos na formulação de políticas internas. Contudo, foram identificadas limitações que comprometem a efetividade da política, como a descentralização das atividades entre os campi, a escassez de recursos humanos e financeiros, falhas de comunicação institucional e a baixa articulação entre os setores envolvidos. Como intervenção proposta, defende-se a adoção de uma abordagem articulada, sensível às especificidades institucionais e centrada em uma coordenação fortalecida, processos participativos, padronização de procedimentos e uso contínuo de dados para monitoramento e tomada de decisão. A pesquisa conclui que a efetividade da PASS na UFV depende tanto de adequações técnicas e estruturais quanto de transformações culturais no ambiente organizacional. Sua contribuição tecnológica e social reside na proposição de estratégias integradas de gestão da saúde no serviço público, que valorizem a interprofissionalidade, a escuta ativa, a governança colaborativa e o uso de ferramentas tecnológicas para promover um modelo sustentável, justo e eficiente de atenção à saúde dos servidores públicos federais.

Palavras chaves: Implementação de políticas públicas. Saúde ocupacional. Servidor público federal. Universidade Federal de Viçosa.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doenças. Essa concepção amplia a responsabilidade dos ambientes de trabalho, que devem promover saúde, segurança e qualidade de vida de forma integral. No serviço público federal, especialmente nas universidades, esse desafio ganha relevância, dada a diversidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, muitas delas realizadas em laboratórios com exposição a agentes de riscos ambientais (Martins *et al.*, 2017; Alves e Guimarães, 2025). Nesse contexto, torna-se essencial desenvolver políticas institucionais adequadas ao ambiente acadêmico.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, representou um marco na proteção dos direitos trabalhistas e na promoção da saúde e segurança ocupacional. No entanto, deixou à margem grande parcela da população — como trabalhadores informais, desempregados e produtores rurais — com acesso restrito à saúde pública e dependente de ações filantrópicas. Esse cenário começou a mudar com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a saúde como

direito fundamental, estabelecendo políticas sociais e econômicas para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, com acesso universal e igualitário (Wailla, 2017).

A nova Constituição inaugurou um sistema de seguridade social mais inclusivo, integrando saúde, previdência e assistência social. No campo da saúde do trabalhador, adotou-se uma abordagem mais abrangente, que valoriza não apenas a prevenção de doenças e acidentes, mas também a promoção de ambientes laborais saudáveis — espaços determinantes para o bem-estar físico, mental e social (Krolls, Presser e Sánchez-Tarragó, 2021; Gomes e Lopes, 2024). A Carta Magna de 1988 também determinou a criação de um Regime Jurídico Único (RJU) e de planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional.

No nível federal, o RJU foi regulamentado pela Lei 8.112/1990, padronizando direitos e deveres dos servidores públicos civis, promovendo estabilidade, valorização profissional e melhores condições de trabalho. A partir disso, a saúde ocupacional passou a ser reconhecida como um dos pilares do bem-estar dos servidores (Andrade, Martins e Machado, 2012).

Nesse cenário, a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) representa a materialização dos princípios constitucionais ligados à dignidade do trabalho e à valorização do servidor. A PASS contempla ações preventivas e corretivas, como promoção da saúde, perícias médicas e odontológicas, investigação de acidentes, análise de doenças ocupacionais e vigilância nos ambientes de trabalho (Zanin *et al.*, 2015; Alves e Guimarães, 2025). Ela também se articula com estratégias recentes de modernização da gestão pública, como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que favorece o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, inclusive via teletrabalho. A PASS é operacionalizada pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), responsável por coordenar ações de assistência, perícia, promoção e monitoramento da saúde dos servidores públicos (Oliveira, Azevedo e Júnior, 2024; Barbosa *et al.*, 2024).

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) aderiu ao SIASS em novembro de 2012, possibilitando a implementação estruturada das ações previstas pela PASS. Desde então, a Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, passou a planejar, coordenar e supervisionar políticas voltadas à promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e humanizado. Antes disso, as ações eram limitadas, em grande parte, a perícias médicas específicas, exames admissionais e inspeções para concessão de adicionais de insalubridade ou periculosidade (UFV-DSS, 2025). A incorporação ao SIASS representou um avanço, com uma política institucionalizada, preventiva e multidisciplinar.

Apesar dos progressos, persistem limitações que comprometem a plena efetividade da PASS, como escassez de recursos humanos e financeiros, falhas na comunicação, resistências internas e dificuldades na consolidação da interprofissionalidade em algumas unidades do SIASS (Barbosa *et al.*, 2024; Oliveira, Azevedo e Júnior, 2024).

Para compreender essas dinâmicas, a Teoria do Agir Organizacional, de Bruno Maggi, oferece um referencial útil. Essa abordagem entende as organizações como sistemas dinâmicos formados por ações e decisões interdependentes, destacando o papel ativo dos indivíduos na transformação contínua dos processos institucionais. Aplicada ao contexto da UFV, a teoria permite analisar como as interações entre gestores, servidores e outros agentes influenciam a implementação da PASS, considerando as especificidades do meio acadêmico (Maggi, 2006; Munck, 2009; Castro, 2010; Barbosa *et al.*, 2024).

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar os limites e as potencialidades das ações implementadas pela UFV no âmbito da PASS, à luz da Teoria do Agir Organizacional. A pergunta que orienta a pesquisa é: quais são os limites e as potencialidades das ações previstas pela PASS e desenvolvidas pela UFV, à luz da Teoria do Agir Organizacional?

Justifica-se esta investigação pela coexistência de avanços e fragilidades operacionais na UFV, mesmo após a adesão ao SIASS. Essas contradições apontam para a importância de examinar como os processos organizacionais, práticas de gestão e interações cotidianas influenciam a efetividade da PASS na universidade.

2. METODOLOGIA

Estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, documental e de estudo de caso, com o objetivo de analisar as políticas e ações de saúde e segurança do trabalho direcionadas aos servidores públicos federais da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por sua capacidade de revelar os significados e processos subjacentes às práticas implementadas, permitindo uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do fenômeno (Denzin e Lincoln, 2006; Creswell, 2010).

A coleta de dados baseou-se na pesquisa documental, conforme Marconi e Lakatos (2017), por meio da análise de fontes secundárias. Foram examinados relatórios, registros institucionais, atas de reuniões, memorandos, processos administrativos, legislações e conteúdos disponíveis em sites oficiais. Essa diversidade de dados permitiu uma visão crítica e contextualizada das ações relacionadas à Política PASS na UFV.

A escolha da UFV como objeto de estudo justifica-se pelo interesse em analisar a implementação da PASS em um contexto institucional específico, sem pretensão de generalização. A universidade possui três campi (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba) e é composta por sete Pró-Reitorias. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), por meio da Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS), coordena as ações da PASS na instituição, operacionalizadas pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) (UFV-PGP, 2025).

A proximidade dos autores com o campo empírico é considerada uma vantagem metodológica, permitindo maior familiaridade com as práticas analisadas e facilidade para acesso aos documentos. Alguns autores estão diretamente envolvidos na implementação da PASS em diferentes níveis, enquanto outro possui uma posição de direção fora do SIASS, oferecendo uma perspectiva complementar.

A coleta de dados abrangeu o período de 2019 a 2024, fase marcada por reestruturações nas ações da PASS e reorganização do SIASS na UFV. Esse intervalo foi escolhido com base em análise preliminar que identificou a adoção de uma abordagem mais integrada da gestão da saúde ocupacional. Para contextualizar historicamente esse processo, também foram examinados documentos anteriores. Entre 2012 e 2018, as ações do SIASS restringiam-se, em grande parte, à perícia oficial, com algumas iniciativas pontuais de promoção da saúde (Bifano e Freitas, 2019). Antes de 2012, as ações eram limitadas à homologação de atestados médicos e inspeções ambientais para fins de pagamento de adicionais de insalubridade ou periculosidade.

Foram analisados documentos de acesso público e restrito — estes obtidos mediante autorização institucional — selecionados de forma progressiva, do geral ao específico. A seguir, o Quadro 1 apresenta as principais fontes utilizadas, os tipos de informação analisados e os objetivos de cada conjunto documental:

Quadro 1 - Fontes das informações analisadas e seus objetivos

Fonte	Informações Analisadas	Objetivo da Análise
Sites institucionais	Informações sobre ações de segurança, saúde ocupacional e qualidade de vida da UFV, DSS e SIASS.	Contextualizar o ambiente institucional e identificar programas de promoção da saúde e prevenção de agravos.
Legislações Normativas	Leis e atos normativos federais e internos que sustentam a PASS.	Mapear os marcos legais e analisar sua aplicação nas ações da PASS.
Processos Eletrônicos (SEI-UFV)	Documentos administrativos referentes à prevenção, promoção, vigilância e assistência à saúde dos servidores.	Examinar a execução das ações de saúde previstas na PASS e verificar parcerias e projetos institucionais.
Dados Consolidados do SIASS	Relatórios de perícias, atendimentos multiprofissionais e exames periódicos.	Avaliar a evolução das ações de saúde e a efetividade dos instrumentos de acompanhamento.

Atas e Memorandos	Registros de reuniões e comunicações internas entre a DSS e as unidades da UFV.	Interpretar a aplicação das diretrizes da PASS e identificar limites e potencialidades na gestão.
Divulgações Institucionais	Boletins, comunicados e materiais informativos direcionados aos servidores	Analisar a eficácia da comunicação institucional e o nível de engajamento das equipes.

Fonte: elaborado pelos autores

A análise documental seguiu três etapas principais (Poupart, 2008; Gil, 2008): leitura exploratória inicial voltada a compreensão do contexto institucional da UFV e a integração da PASS em sua estrutura; codificação temática, com a associação de trechos relevantes aos eixos da PASS; e análise crítica com a identificação dos limites e potencialidades das ações implementadas, considerando as adaptações e discussões registradas nos documentos.

A interpretação dos dados foi orientada pela Teoria do Agir Organizacional de Bruno Maggi (2006), que permite analisar práticas institucionais com base em conceitos como autonomia, racionalidade limitada, estrutura variável, ordem contextual, abordagem integrativa e congruência. Essa perspectiva favorece a compreensão das dinâmicas organizacionais envolvidas na implementação da PASS na UFV.

Para assegurar a confiabilidade dos resultados, foi utilizada a técnica de triangulação de informações (Denzin, 2006), por meio da comparação entre diferentes fontes documentais. Sempre que necessário, as análises foram complementadas com livros, estudos acadêmicos e relatórios de auditoria interna, garantindo maior robustez às conclusões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados revelam limites e potencialidades das ações de saúde ocupacional previstas pela PASS e implementadas na UFV. Essas ações, que vão desde estratégias preventivas até a promoção da saúde integral dos servidores, organizam-se em três eixos principais.

No eixo de Vigilância e Promoção da Saúde, são analisadas as medidas preventivas adotadas para identificar, eliminar ou mitigar riscos nos ambientes de trabalho. No eixo da Perícia Oficial em Saúde, examinam-se os procedimentos técnicos realizados por peritos, essenciais para garantir os direitos assegurados pela Lei nº 8.112/1990, além de produzir dados nosológicos que subsidiam ações de promoção da saúde. Já o eixo de Assistência à Saúde aborda os suportes contínuos oferecidos e as parcerias estratégicas estabelecidas para o acompanhamento integrado dos servidores, incluindo o acesso à saúde suplementar.

Essa estrutura multifacetada evidencia tanto os avanços quanto os desafios da implementação da PASS na UFV. Os resultados reforçam a importância de uma articulação consistente entre prevenção, perícia técnica e suporte assistencial como base para o aprimoramento contínuo da saúde e segurança no ambiente institucional.

3.1 Vigilância em saúde ocupacional na UFV

A vigilância em saúde ocupacional na UFV visa monitorar a saúde dos servidores e garantir ambientes laborais seguros, com foco na identificação e mitigação de riscos. Para isso, são realizadas inspeções técnicas, análises ergonômicas, treinamentos, campanhas educativas e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme as Normas Regulamentadoras (NR) e as diretrizes da PASS (SIASS, 2025; UFV-DSS, 2025). O Quadro 2 apresenta as principais ações desenvolvidas, com base em processos eletrônicos do Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho e no mapeamento da Diretoria de Governança Institucional.

Quadro 2 - Ações de vigilância em saúde ocupacional desenvolvidas pela UFV.

Ações desenvolvidas	Setores envolvidos	Objetivo da ação
Treinamento de integração para novos servidores.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho e Serviço de Saúde Ocupacional.	Capacitar novos servidores em saúde e segurança do trabalho, promovendo práticas seguras desde o início das atividades laborais na UFV.
Inspeção técnica de segurança no trabalho.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho.	Identificar perigos, avaliar os riscos nos ambientes de trabalho e, aplicar medidas de controle corretivas e preventivas para prevenir acidentes.
Análise ergonômica.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho.	Avaliar e corrigir riscos ergonômicos nos ambientes de trabalho, adaptando o ambiente laboral às características psicofisiológicas dos trabalhadores.
Análise de risco ambiental para servidora gestante e lactante.	Serviço de Saúde Ocupacional.	Garantir que gestantes ou lactantes exerçam suas atividades em ambientes salubres, seguros e compatíveis com sua condição.
Fornecimento de EPI e treinamento para o seu uso correto.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho.	Disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, e orientar os servidores quanto ao seu uso correto, conforme atividades desempenhadas.
Campanhas educativas sobre segurança e higiene no trabalho.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho e Serviço de Saúde Ocupacional.	Promover a conscientização sobre segurança, higiene e autocuidado, fortalecendo a cultura preventiva no ambiente de trabalho
Treinamentos em segurança do trabalho.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho.	Capacitar servidores em boas práticas de segurança e gestão de riscos e medidas preventivas no ambiente de trabalho.
Investigação e registro de acidentes em serviço ou no trajeto casa - trabalho.	Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho e Serviço de Saúde Ocupacional.	Investigar acidentes de trabalho e trajetos, identificar causas e propor ações corretivas para prevenção de recorrências.
Exames médicos periódicos.	Serviço de Saúde Ocupacional e Divisão de Saúde.	Monitorar a saúde dos servidores e detectar precocemente possíveis agravos relacionados ao trabalho
Registros de dados nosológicos ¹ pelo SIASS.	Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida.	Analisar dados de adoecimento, para orientar ações de vigilância em saúde com base no perfil epidemiológico institucional.

Fonte: elaborado pelos autores

Essas ações seguem as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que, enquanto complementam a CLT, foram incorporadas pela PASS por meio da Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS), como referência normativa no serviço público federal. Essa estrutura legal reforça práticas preventivas e estimula a atuação intersetorial colaborativa — aspecto fundamental em um contexto universitário marcado pela diversidade de atividades e riscos ocupacionais.

Apesar desse alinhamento normativo, Barbosa *et al.* (2024) indicam que a efetividade da PASS nas Instituições Federais de Ensino (IFES) é limitada por desafios organizacionais e culturais. Estudos recentes apontam como principais entraves: escassez de recursos, resistências internas à mudança e falta de integração entre setores técnicos e administrativos (Moser *et al.*, 2023; Mendonça *et al.*, 2023). Em universidades como a UFV, onde há concentração de riscos em laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, esses desafios são ainda mais evidentes (Alves e Guimarães, 2025). Para Pereira *et al.* (2023), superar essas barreiras exige estratégias adaptadas às especificidades institucionais.

Embora a UFV tenha avançado na implementação da PASS, sua consolidação depende de superar limitações estruturais e culturais. Entre as potencialidades destacam-se:

¹ Nosológico: relativo à nosologia, ramo da medicina que classifica e estuda as doenças, suas causas, características e manifestações.

- diversidade e abrangência das ações de vigilância em saúde ocupacional;
- presença de equipe multiprofissional qualificada;
- estrutura técnica consolidada no setor de segurança e higiene do trabalho;
- foco preventivo constante;
- adaptação das práticas ao contexto universitário.

Por outro lado, persistem limitações, como:

- dificuldade de articulação interprofissional;
- baixa adesão dos servidores às ações preventivas;
- fragilidade na gestão intersetorial;
- desafios específicos nos campi fora da sede;
- ausência de normativas técnicas específicas para o setor público em ambientes laboratoriais.

Esses desafios refletem tensões entre diretrizes institucionais e práticas cotidianas. Com base na Teoria do Agir Organizacional de Bruno Maggi, compreende-se que a organização é moldada por ações interdependentes de indivíduos que, ao se alinharem a objetivos coletivos, transformam estruturas rígidas e práticas cristalizadas. Assim, a baixa participação e os entraves à integração revelam a necessidade de mudança cultural, com valorização do engajamento coletivo e do protagonismo dos servidores.

A superação dessas barreiras exige estratégias integradas, com foco na cooperação intersetorial, adaptação contínua e estímulo à corresponsabilidade institucional — elementos centrais para fortalecer a eficácia das ações de vigilância em saúde ocupacional na UFV.

3.2 Promoção à saúde na UFV

Além da vigilância em saúde ocupacional, a UFV desenvolve práticas voltadas à promoção da saúde de seus servidores, ampliando a compreensão das relações entre saúde, trabalho e adoecimento. Essas ações fortalecem a gestão interna, estimulam o bem-estar individual e coletivo, e buscam prevenir agravos à saúde por meio de intervenções integradas. O Quadro 3 resume as principais iniciativas registradas em relatórios institucionais, documentos internos e processos administrativos da DSS/SIASS-UFV.

Quadro 3 - Ações de promoção à saúde do servidor desenvolvidas pela UFV

Ações desenvolvidas	Setores envolvidos	Objetivo da ação
Projetos para oferta de atividades físicas aos servidores.	Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida e Departamento de Educação Física.	Promover a prática regular de atividades físicas para combater o sedentarismo, melhorar a saúde, e a qualidade de vida dos servidores.
Projetos de incentivo à alimentação saudável.	Departamento de Nutrição e Saúde.	Estimular hábitos alimentares saudáveis, oferecer orientação nutricional e conscientizar sobre a importância de uma alimentação equilibrada.
Vacinação para os servidores.	Divisão de Saúde.	Disponibilizar vacinas que previnam doenças imunopreveníveis, promovendo proteção coletiva e individual.
Atendimento fonoaudiológico	Divisão de Saúde.	Promover a saúde comunicacional por meio de atendimentos voltados à voz, audição, linguagem e motricidade orofacial.
Atendimentos odontológicos.	Divisão de Saúde.	Promover a saúde bucal por meio de atendimentos clínicos, ações preventivas e incentivo à higiene oral.

Campanhas de prevenção de doenças crônicas.	Departamento de Medicina e Enfermagem; Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida.	Conduzir campanhas educativas e de rastreamento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, com a realização de exames e acompanhamentos regulares.
Testes rápidos para ISTs e campanhas sobre métodos contraceptivos.	Divisão de Saúde e Departamento de Medicina e Enfermagem.	Realizar testes rápidos para diagnóstico de ISTs e orientar sobre métodos contraceptivos e saúde sexual.
Campanhas de conscientização sobre autocuidado.	Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida; Departamento de Medicina e Enfermagem.	Incentivar práticas de autocuidado e prevenção, por meio de palestras e oficinas sobre saúde emocional, postura e ergonomia.
Portal de Saúde Mental e apoio psicológico.	Comissão Permanente em Atenção à Saúde Mental.	Criar redes de apoio, promover capacitações, mapear e divulgar ações voltadas à saúde mental, além de estruturar fluxos de atendimento psicológico e psiquiátricos.
Promoção à saúde nos <i>Campi</i> de Florestal e Rio Paranaíba.	Serviço de Saúde do <i>campus</i> UFV Florestal e rio Paranaíba.	Oferecer atendimento médico, psicológico e de enfermagem para os servidores dos <i>campi</i> fora da sede principal.
Monitoramento da qualidade da água.	Departamento de Engenharia Ambiental.	Realizar análises periódicas da água e promover ações educativas sobre sustentabilidade e saúde ambiental.

Fonte: elaborado pelos autores

As ações de promoção à saúde na UFV seguem as diretrizes da PASS, articulando prevenção e monitoramento contínuo de riscos ocupacionais. Essa abordagem, alinhada à Política Nacional de Saúde do Trabalhador, integra promoção, prevenção, assistência e reabilitação, respeitando as especificidades institucionais (Brasil, 2012).

Nesse escopo, o Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho realizou visitas setoriais para elaboração do Diagnóstico das Condições de Segurança no Trabalho, instrumento essencial para o gerenciamento de riscos (UFV-SSH, 2025). As iniciativas estão em consonância com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFV (2025) e estudos que comparam práticas semelhantes em outras IFES (Barbosa *et al.*, 2024).

Dentre as potencialidades, destacam-se:

- exames médicos periódicos;
- o projeto Estratégias e Ações na Prevenção de Agravos;
- campanhas como Outubro Rosa e Novembro Azul;
- ações sobre ergonomia e qualidade de vida no trabalho;
- fornecimento e treinamento para uso de EPIs;
- implementação do Programa de Gestão de Desempenho, que visa integrar produtividade e bem-estar.

Entretanto, a efetividade dessas ações é limitada por diversos fatores, como:

- demora na mitigação de riscos ambientais;
- filas para análises ergonômicas e mobiliário inadequado;
- número insuficiente de vagas em projetos de promoção à saúde;
- suspensão de atividades como ginástica laboral;
- baixa cobertura nos campi Florestal e Rio Paranaíba;
- falhas na fiscalização do uso de EPIs;
- restrições nos exames periódicos.

Estudos como os de Imamura, Pereira e Pilatti (2024) confirmam que tais desafios também afetam outras IFES, evidenciando fragilidades estruturais da PASS, e não apenas da UFV. Sob a

ótica da Teoria do Agir Organizacional (Maggi, 2006), esses obstáculos decorrem da desconexão entre normas institucionais e práticas cotidianas. A teoria concebe a organização como um processo dinâmico, constituído por ações interdependentes, que são constantemente reinterpretadas e ajustadas pelos agentes envolvidos. A racionalidade limitada, a ordem contextual e a flexibilidade estrutural exigem que normas sejam adaptadas à realidade prática.

Assim, dificuldades como a baixa adesão ou a morosidade na resposta institucional revelam a necessidade de realinhamento entre diretrizes formais e ações concretas. Superar tais desafios exigem mais que investimentos: requer mudanças culturais, articulação intersetorial efetiva e engajamento participativo, que permitam adaptar as estratégias às condições reais da instituição e tornem as ações de promoção à saúde mais sustentáveis e eficazes.

3.3 Perícia oficial em saúde na UFV

A perícia oficial em saúde, realizada por médicos e cirurgiões-dentistas no serviço público federal, constitui um ato técnico-administrativo estratégico. Sua função é subsidiar decisões relacionadas aos direitos e benefícios dos servidores, assegurar o cumprimento das normas legais (Pinto *et al.*, 2021) e gerar dados nosológicos relevantes para formulação de políticas públicas e ações de promoção e prevenção em saúde (SIASS, 2025).

Dentre os eixos estruturantes da PASS, a perícia foi a que mais sofreu reformulações iniciais, motivadas pela necessidade de uniformizar procedimentos com base no Regime Jurídico Único (RJU), garantindo critérios éticos, técnicos e legais. A padronização visou corrigir a ausência de diretrizes claras para afastamentos e mitigar o impacto de agravos à saúde sem intervenção efetiva do empregador (Dias, 2021).

O SIASS coordena essas atividades no âmbito federal, promovendo padronização e abrangência nacional (Castro, Silva e Tavares, 2018). Na UFV, a Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS), vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), é responsável pelas perícias oficiais, conforme sistematizado no Quadro 4.

Quadro 4 - Perícias médicas oficiais realizadas na UFV (2020-2024)

Tipo de perícia	Descrição	Perícias realizadas (2020-2024)
Licença para tratamento da própria saúde.	Concedida ao servidor para tratamento da própria saúde, conforme artigos 202 e 204 da Lei 8112/1990.	3.581
Licença por motivo de doença em pessoa da família.	Concedida ao servidor por motivo de doença do cônjuge, companheiro, pais, filho, padrasto, madrasta, enteado e dependentes financeiros, conforme art. 83 da Lei 8112/1990.	504
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional.	Concedida ao servidor devido a acidente ocorrido durante o exercício do cargo, incluindo agressão não provocada ou acidente no trajeto, conforme arts. 211 e 212 da Lei 8112/1990.	83
Licença à gestante iniciada antes da data do parto.	Destinada à proteção da gravidez, à recuperação pós-parto, à amamentação e ao desenvolvimento do vínculo mãe-filho, nos termos do art. 207 da Lei 8112/1990.	22
Exame para investidura em cargo público.	Avaliar a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar, conforme art. 14 da Lei 8112/1990.	825
Avaliação para isenção de imposto de renda.	Avaliar a condição de saúde para a isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentados/pensionistas, nos termos das Leis 7713/1988, 9250/1995 e 11052/2004.	340
Avaliação para fins de horário especial de trabalho.	Avaliação para redução da jornada de trabalho de servidores com deficiência ou que possuem dependente com deficiência, conforme art. 98 da Lei 8112/1990.	100

Avaliação de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.	Benefício previdenciário concedido ao servidor que está permanentemente incapacitado para exercer qualquer atividade profissional, sem possibilidade de readaptação, nos termos do art. 186 da Lei 8112/1990 e da Emenda Constitucional 103/2019.	53
Constatação de deficiência ou invalidez para fins de pensão.	Avaliação para fins de concessão ou majoração dos proventos de pensão, conforme art. 217 da Lei 8112/1990 e EC 103/2017.	23
Remoção por motivo de saúde do servidor, de pessoa de sua família ou dependente	Remoção por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas, de acordo com o art. 36 da Lei 8112/1990.	22
Avaliação de invalidez de dependente.	Avaliação de invalidez de dependente para concessão do benefício de saúde suplementar, nos termos do art. 230 da Lei 8112/1990 e do Decreto 4978/2004.	9
Avaliação da capacidade laborativa.	Avaliação da aptidão a do servidor para exercer as atribuições do cargo, conforme art. 206 da Lei 8112/1990.	6
Avaliação da idade mental para concessão de auxílio pré-escolar.	Avaliação de dependentes com desenvolvimento mental equivalente ao de uma criança de até 5 anos, para concessão do auxílio pré-escolar, conforme o art. 4º do Decreto nº 977/1993.	3

Fonte: elaborado pelos autores.

No período de 2020 a 2024, foram realizadas 5.571 perícias oficiais, sendo 3.581 voltadas ao tratamento da saúde do próprio servidor. Esses dados evidenciam a relevância da perícia como instrumento de garantia de direitos e de apoio à gestão da força de trabalho. A atuação da DSS/SIASS alia competência técnica à eficiência administrativa, com impacto direto na qualidade de vida dos servidores e no funcionamento institucional (Ramos, 2022). A sistematização dos dados nosológicos contribui para o planejamento de ações preventivas e políticas de saúde ocupacional (Dias, 2021; Barbosa *et al.*, 2024).

Uma medida estratégica adotada foi a dispensa de 1.912 perícias para afastamentos de até 14 dias, conforme o Decreto nº 7.003/2009, o que otimizou os recursos periciais e priorizou casos de maior complexidade. A análise contínua dos dados provenientes das perícias e dos atestados complementa esse processo, orientando medidas preventivas e corretivas (UFV-DSS, 2025).

Entre as principais potencialidades da perícia oficial na Ufv, destacam-se:

- qualificação dos peritos, com atuação também em outros órgãos públicos;
- investimento aproximado de R\$ 1 milhão na reforma da sede da DSS/SIASS;
- integração à rede nacional do SIASS, que favorece a padronização de processos;
- adoção de ferramentas tecnológicas que agilizam a análise e gestão dos dados;
- presença de equipe multiprofissional com 19 servidores atuando no campus de Viçosa, que atende 2.539 servidores efetivos.

Contudo, desafios persistem, especialmente quanto à cobertura nos campi Florestal e Rio Paranaíba, que somam 526 servidores. Outras limitações identificadas incluem:

- fragilidade na colaboração interprofissional;
- ausência de normatização nacional para certos procedimentos periciais;
- dificuldade de acesso a orientações atualizadas do SIASS nacional;
- participação insuficiente da área jurídica da Ufv nos processos da DSS/SIASS;
- filas de espera e atrasos para agendamento das avaliações periciais;
- proximidade funcional entre peritos e periciados, que podem comprometer a neutralidade.

Tais desafios refletem tensões entre normas rígidas e as condições reais de trabalho, aspecto destacado pela Teoria do Agir Organizacional (Maggi, 2006). Segundo essa abordagem, a organização não é um sistema fechado regido apenas por normas, mas um espaço dinâmico de interações e decisões, onde atores reinterpretem e adaptam as regras formais. A efetividade

institucional depende do alinhamento entre ações individuais, objetivos coletivos e estruturas formais.

No caso da UFV, a baixa participação jurídica, a fragmentação entre áreas e a falta de diretrizes claras do SIASS nacional revelam descompassos entre o que é prescrito e o que é praticado. Superar essas barreiras exige mais que recursos: é necessário promover cooperação, adaptar normas ao contexto organizacional e integrar os diferentes sistemas de ação que coexistem no cotidiano institucional.

Assim, tornar a perícia oficial mais efetiva requer o fortalecimento das articulações intersetoriais, o aprimoramento dos fluxos institucionais e o reconhecimento da complexidade que envolve a implementação da PASS no serviço público.

3.4 Assistência à saúde do servidor na UFV

A Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), operacionalizada por meio do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), constitui um modelo abrangente de cuidado voltado aos servidores públicos federais. Estruturada a partir de ações integradas de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, a política é executada majoritariamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo complementada pelo benefício de saúde suplementar, que consiste no subsídio parcial à contratação de planos privados, disponível a servidores ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Essa estratégia visa ampliar o acesso aos serviços de saúde e fortalecer a rede de cuidado no serviço público (SIASS, 2025).

Estudos recentes (Mendonça *et al.*, 2023; Moser *et al.*, 2023; Barbosa *et al.*, 2024) reforçam o papel estratégico das ações voltadas à saúde mental e ao incentivo a estilos de vida saudáveis como fatores relevantes para a melhoria das condições de trabalho, redução do absenteísmo e aumento da produtividade. Na UFV, a assistência à saúde adota um modelo integrado, com participação de diferentes especialidades — medicina, odontologia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, entre outras — e contempla iniciativas como o programa UFV-Saúde Mental (2025) e os atendimentos da Divisão de Saúde.

Autores como Santos (2021) e Mendonça *et al.* (2023) destacam que a integração de diferentes saberes potencializa a eficácia das estratégias preventivas e a efetividade dos processos de reabilitação. As principais ações assistenciais desenvolvidas na UFV estão sistematizadas no Quadro 5, com base em relatórios institucionais, documentos do SEI-UFV e sites oficiais.

Quadro 5 - Ações de assistência à saúde do servidor desenvolvidas pela UFV.

Ações desenvolvidas	Setores envolvidos	Objetivo da ação
Atendimento médico em consultas ambulatoriais.	Divisão de Saúde; Serviço de Saúde dos <i>campi</i> de Florestal e Rio Paranaíba.	Oferecer diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico em diversas especialidades.
Consultas de enfermagem, avaliação de lesões dermatológicas, eletrocardiogramas e vacinação.	Divisão de Saúde; Serviço de Saúde dos <i>campi</i> de Florestal e Rio Paranaíba.	Realizar consultas, cuidados de enfermagem, avaliações dermatológicas, eletrocardiogramas e vacinação.
Atenção à saúde da mulher na prevenção do câncer de colo e do útero.	Divisão de Saúde.	Atendimento integral, com consultas de enfermagem, ginecologia e demais especialidades. Realização de exames preventivos, incluindo Papanicolau.
Assistência odontológica, com ênfase em clínica geral.	Divisão de Saúde.	Proporcionar cuidados básicos de saúde e higiene bucal.
Atendimento fonoaudiológico para prevenção, avaliação e tratamento.	Divisão de Saúde.	Diagnosticar e tratar disfunções de voz, comunicação e audição.
Atendimento fisioterapêutico voltado para disfunções traumato-ortopédicas.	Divisão de Saúde.	Reabilitar e prevenir disfunções físicas.

Diagnóstico por imagem com exames de Raios-X.	Divisão de Saúde.	Suportar diagnósticos médicos com exames de imagem.
Sala de Vacinas vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.	Divisão de Saúde.	Prevenir doenças imunopreveníveis por meio de vacinação.
Atendimento e orientação nutricional.	Divisão de Saúde e Departamento de Nutrição.	Promover hábitos alimentares saudáveis e prevenção de doenças nutricionais.
Laboratório de análises clínicas.	Divisão de Saúde.	Realizar exames laboratoriais para apoio ao diagnóstico médico.
Promoção do bem-estar, qualidade de vida e saúde mental dos servidores.	Divisão Psicossocial; Serviço de Saúde dos <i>campus</i> de Florestal e de Rio Paranaíba.	Oferecer atendimentos psicológicos, psiquiátricos e de serviço social, tanto individuais quanto em grupo.

Fonte: elaborado pelos autores.

As ações assistenciais da UFV apresentam potencialidades relevantes, como a atuação de equipe multiprofissional, a existência de infraestrutura física e tecnológica adequada, e a articulação intersetorial, que favorece a implementação de um modelo de cuidado integral. A interface entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecida pelos cursos de Medicina e Enfermagem, também contribui para a qualidade dos serviços, ao estimular a inovação, a prática baseada em evidências e parcerias estratégicas.

Contudo, a efetividade dessas ações é comprometida por limitações estruturais. A primeira refere-se à distribuição desigual dos serviços entre os campi, o que exige estratégias adaptadas às realidades locais. A segunda está relacionada à priorização do atendimento à comunidade discente, que restringe o acesso dos servidores aos serviços de saúde. Soma-se a isso a fragmentação das ações, muitas vezes realizadas por projetos de extensão não integrados a uma estratégia institucional unificada, o que contraria os princípios da PASS.

Outra fragilidade é a desarticulação entre os serviços de saúde e a Unidade SIASS, que dificulta a consolidação de um modelo integrado de atenção à saúde. A isso se somam: escassez de recursos, falhas de comunicação institucional e limitações na atuação interprofissional na Unidade SIASS da UFV.

Apesar desses desafios, a UFV é reconhecida como referência entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na implementação da PASS, especialmente por seu compromisso com a saúde suplementar e o esforço progressivo de integração entre as ações assistenciais e a gestão pericial (Mendonça *et al.*, 2023; Barbosa *et al.*, 2024; Imamura, Pereira e Pilatti, 2024).

Nesse cenário, a Teoria do Agir Organizacional oferece uma lente conceitual para analisar e transformar os processos assistenciais. Para Maggi (2006), a organização é resultado da interação entre finalidades estratégicas, condições operacionais e ações dos agentes. No contexto da UFV, essa abordagem permite compreender como a fragmentação dos serviços, as falhas de comunicação e a ausência de coordenação entre setores dificultam a efetivação da PASS.

Superar essas barreiras exige uma gestão baseada no diálogo intersetorial, escuta ativa e corresponsabilidade institucional. Mais que impor normas, é necessário adaptá-las às realidades organizacionais, promovendo práticas construídas de forma colaborativa. A teoria, assim, não apenas explica os obstáculos existentes, mas orienta caminhos viáveis para um modelo de atenção mais integrado, participativo e sustentável, com foco no agir humano como motor da transformação institucional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), coordenada pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), na Universidade Federal de Viçosa (UFV), à luz da Teoria do Agir Organizacional de Bruno Maggi (2006). A partir de uma abordagem qualitativa e documental,

foram identificadas as potencialidades e limitações da política, evidenciando a complexa articulação entre agentes públicos, estruturas institucionais e práticas organizacionais.

Entre os principais avanços, destacam-se: a atuação de equipes multiprofissionais qualificadas; a infraestrutura física e tecnológica adequada; e a execução de ações preventivas, assistenciais e de promoção à saúde alinhadas às diretrizes da PASS. A utilização de dados nosológicos também tem contribuído para a formulação e o aprimoramento de políticas internas, reforçando o compromisso institucional com a qualidade de vida dos servidores e a sustentabilidade das ações. Esses elementos posicionam a UFV como referência entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no campo da saúde e segurança do trabalho.

Contudo, persistem desafios estruturais, operacionais e culturais que limitam a plena efetividade da política. A descentralização das ações, a fragmentação entre setores e campi, a escassez de recursos humanos e financeiros, além das fragilidades nos canais de comunicação interna e intersetorial, comprometem a consolidação de uma gestão integrada da saúde do servidor. Soma-se a isso a baixa adesão de parte dos servidores às iniciativas e a resistência cultural à interprofissionalidade, demonstrando que os entraves não são apenas técnicos, mas resultam de tensões entre normas formais e práticas cotidianas. As restrições orçamentárias e os condicionantes políticos e normativos também exercem influência direta sobre a viabilidade e a sustentabilidade da PASS.

A aplicação da Teoria do Agir Organizacional permitiu compreender que a eficácia da PASS depende da articulação entre ações individuais e coletivas, bem como da construção contínua de processos regulatórios flexíveis e situados. Nesse sentido, a promoção de uma cultura colaborativa, a ampliação e qualificação dos canais de comunicação – inclusive por meio de tecnologias digitais, como plataformas integradas e *dashboards* interativos – e a capacitação permanente das equipes, com ênfase na interprofissionalidade e na gestão participativa, constituem estratégias fundamentais para transformar limitações em oportunidades de aprimoramento institucional. O fortalecimento da liderança, associado à implementação de processos formativos com *feedback* estruturado, pode contribuir para uma mudança cultural mais efetiva, promovendo o protagonismo dos servidores e o alinhamento entre ações práticas e normativas.

Para superar os desafios apontados, recomenda-se a elaboração de um planejamento estratégico sensível às particularidades regionais, capaz de promover maior integração intersetorial e intercampi, além da padronização de procedimentos e fluxos de trabalho. A ampliação de investimentos em recursos humanos e financeiros, especialmente nos campi fora da sede principal, bem como o monitoramento sistemático de indicadores periciais e epidemiológicos, são medidas indispensáveis para orientar ações corretivas com maior efetividade.

Este estudo também reforça a importância de compreender a organização como um sistema em constante construção. A mobilização dos sujeitos, a construção de sentidos compartilhados e a adaptação contínua das ações às condições reais de trabalho são fatores essenciais para o êxito da PASS. Essa abordagem amplia o horizonte de possibilidades para uma gestão mais reflexiva, justa e sustentável no âmbito da saúde e segurança do trabalho no serviço público.

Por fim, esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento na área da saúde ocupacional dos servidores públicos federais ao demonstrar que a efetividade da PASS depende tanto de adequações técnico-estruturais quanto de transformações culturais. Para estudos futuros, recomenda-se a adoção de abordagens metodológicas mistas, integrando entrevistas, análises quantitativas e estudos de caso, a fim de aprofundar a compreensão das potencialidades e limites da política em diferentes contextos institucionais. Também se sugere a ampliação da amostra investigada, superando o recorte geográfico e temporal centrado em uma única instituição, para possibilitar uma visão mais abrangente e comparativa do fenômeno em nível nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis Felipe Alonso; GUIMARÃES, Claudineide Souza. **Avaliação dos riscos da exposição a agentes químicos em laboratório de ensino, pesquisa e extensão.** Revista de Gestão Social e Ambiental, Miami, v. 19, n. 2, p. 1-32, 2025. Acesso em: 01 mar. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v19n2-119>.

AMARAL, Denise Mascarenhas de Oliveira; MOSCON, Daniela Campos Bahia; SILVA, Lindomar Pinto da. **Capacidades estatais e influenciadores da implementação de políticas públicas: um estudo no Instituto Federal da Bahia.** v. 39, n. 116, p. e20237747–e20237747, 9 jan. 2023. Acesso em: 01 fev. 2025. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/download/7747/3822/30970.

ANDRADE, Elsa Thomé de; MARTINS, Maria Inês Carsalade; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. **O processo de construção da política de saúde do trabalhador no Brasil para o setor público.** Configurações. Revista de Sociologia, n. 10, p. 137–150, 1 dez. 2012. Acesso em: 29 jan. 2025. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41582>.

BARBOSA, Roberto Silva; BAETA, Odemir Vieira; ABRANTES, Luiz Antônio; PRADO JÚNIOR, Pedro Paulo do. **Limites e potencialidades na implementação da política de atenção à saúde do servidor público federal nas instituições federais de ensino brasileiras.** Contribuciones a Las Ciencias Sociales, v. 17, n. 10, p. e11202, 2024. Acesso em: 11 fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-035>.

BARBOSA, Roberto Silva; BAETA, Odemir Vieira; ABRANTES, Luiz Antônio.; PRADO JÚNIOR, Pedro Paulo do. **A Teoria do Agir Organizacional no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS): elucidando comportamentos e integrando ações de saúde ocupacional.** Aracê, v. 6, n. 3, 01 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1110>.

BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. FREITAS, Áurea Maria Resende de; **Atenção à Saúde do Servidor Público: Uma Análise do Sistema Integrado na Perspectiva de Escolhas de Adoção e de uso e sua Relação na Mudança Organizacional.** Revista FSA, v. 16, n. 2, p. 183–198, 01 mar. 2019. Acesso em: 10 jan. 2025. Disponível em <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1684/0>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 dez. 1990.

BRASIL. Decreto n.º 7.003, de 9 de novembro de 2009. **Regulamenta a licença para tratamento de saúde do servidor da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.** Brasília, 9 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa n.º 03, de 07 de maio de 2010. **Estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor – NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.293 de 23 de outubro de 2014. **Institui as diretrizes de atenção à saúde dos servidores públicos do Ministério da Saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 out. 2014. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal**. 3.ed. / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público. Brasília: MP, 2017. 147 p.: il., color. Acesso em: 09 fev. 2025. Disponível em: <https://www.pgp.ufv.br/wp-content/uploads/2012/06/Manual-de-Pericia-Oficial.pdf>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras (NRs)**. Acesso em: 10 fev. 2025.

CASTRO, Adinaura Ramos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves; TAVARES, Aderly Goes. **Desafios na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor (PASS) em uma instituição pública federal**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 10, n. 4, p. 1908–1915, 2018. Acesso em: 07 fev. 2025. Disponível em: <https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS291.pdf>.

CASTRO, André Luís de. **Modos de Regulação e Formação de Competências Profissionais: uma reflexão sob a luz da teoria do agir organizacional**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Acesso em: 26 nov. 2024. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3303>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEM-UFV. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina**. Viçosa: UFV, 2022. Acesso em: 11 fev. 2025. Disponível em: <https://med.ufv.br/wp-content/uploads/2023/10/PPC-2023.pdf>.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Samara Maria Douets Vasconcelos Cunha. **A perícia oficial em saúde do servidor público federal no campo de atuação da Odontologia: contribuições para práxis mais humanizadas na administração pública**. 2021. 228 f., il. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Acesso em: 11 fev. 2025. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/48992>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Valter; LOPES, Agnaldo José. **Ambiente de Trabalho e Condicionantes de Saúde Mental nas Atividades Administrativas em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 12295–12309, 6 dez. 2024. Acesso em: 08 dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev6n4-082>.

IMAMURA, Marcos Massaki; PEREIRA, Gabrielly de Queiroz; PILATTI, Luiz Alberto. **Implementação do SIASS nas Instituições Federais de Ensino Superior: uma revisão narrativa.** Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 10, p. e4191, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i10.4191. Acesso em: 14 fev. 2025. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4191>.

KROLLS, Tirze Barbalho; PRESSER, Nadi Helena; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. **Informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores públicos.** Revista Eletrônica de Comunicação, Info. e Inovação em Saúde, v. 15, n. 3, 31 ago. 2021. Acesso em: 15 fev. 2025. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2229/2469>.

MAGGI, Bruno. **Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem.** Tradução de Giliane M. J. Ingratta e Marcos Maffei; coord. de tradução: Laerte Idal Sznelwar. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Maria Inês Carsalade. *et. al.* **A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1429–1440, 1 maio 2017. Acesso em: 17 fev. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XhKw5hgKmXssdJDhDjyNmGH/?format=pdf&lang=pt>.

MENDONÇA, Helinton Guedes de; *et. al.* **Occupational health promotion at a federal education institution: challenges and perspectives.** Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, São Paulo, v. 21, n. 1, p. e2023797, 2023. Acesso em: 16 fev. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2023-797>.

MOSER, Carolina M. *et. al.* **A construção de um modelo interdisciplinar para a promoção da saúde do servidor público em uma universidade federal.** Pensar Acadêmico, v. 21, n. 2, p. 1444–1454, 18 ago. 2023. Acesso em: 18 fev. 2025. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/3977/306>.

MUNCK, Mariana Gomes Musetti. **Concepções organizacionais e os constrangimentos ao processo de formação e aprendizagem: um estudo à luz do agir organizacional.** 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Acesso em: 15 nov. 2024. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-01072009-121438/>.

OLIVEIRA, Priscila Tavares de; AZEVEDO, Cristina Camelo de; JÚNIOR, Waldemar Antônio das Neves. **Percepções da Equipe Sobre a Prática Interprofissional Na Atenção À Saúde De Servidores Federais.** Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 20, p. e2071, 2024. Acesso em: 05 fev. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia2071618>.

PASS. **Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal.** Governo Federal. 2011. Acesso em: 06 fev. 2025. Disponível em: <https://dss.ufv.br/wp-content/uploads/2024/08/PASS.pdf>.

PEREIRA, Larissa de Araújo Costa, *et al.* **As políticas públicas e transformação digital na área de saúde e segurança do trabalho.** RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, 18 jul. 2023. Acesso em: 16 fev. 2025. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/41786/38023>.

PINTO, Carolina de Mendonça Brandão. *et al.* **Absenteeism-disease in university employees: a cross-sectional study of the reasons for leave from 2013 to 2018.** *Ciência e Natura*, v. 43, p. e10-43385, 18 maio de 2021. Acesso em: 07 fev. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/43385/pdf>.

PÔSSAS, Nathalia São Paio D'Amato; MEIRINO, Marcelo Jasmim,; PACHECO, Márcia Vieira. **Proposição de ações para implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do servidor público federal: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense.** *Sistemas & Gestão*, v. 14, n. 3, p. 323–334, 8 out. 2019. Acesso em: 17 set. 2024. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/1507/pdf>.

POUPART, Jean. **A análise documental.** A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316. Acesso em: 17 set. 2024. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/1797>.

RAMOS, Camilo Ferreira. **Dilemas éticos do exercício pericial no local de trabalho.** *Revista Bioética*, v. 30, n. 3, p. 492–497, set. 2022. Acesso em: 08 fev. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/7TZFvMtBwRZn7hbFYxZnXXv/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, João Alcione Cardoso. **Saúde do Trabalhador no Serviço Público Federal: Desafios para uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho no contexto de um Hospital Universitário.** 2016. 165 f. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO. Acesso em: 08 fev. 2025. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3550>.

SIASS - **Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.** Acesso em: 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/siass>.

UFV - **Universidade Federal de Viçosa.** Acesso em: 10 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ufv.br/>.

UFV-PGP - **Pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFV.** Acesso em: 17 set. 2024. Disponível em: <https://pgp.ufv.br/>.

UFV-DSS. **Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (DSS).** Acesso em: 10 fev. 2025. Disponível em: <https://pgp.ufv.br/estrutura/divisooes/dss/>.

WAILA, L. de A. **A saúde no Brasil e o Sistema Único de Saúde (SUS): uma história de conquistas e desafios.** 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2017. Acesso em: 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.furg.br/handle/1/9290>.

ZANIN, Fernanda da Conceição; et. al. **Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil.** *Universidade e Sociedade*, v. 55, p. 86–95, 2015. Acesso em: 19 fev. 2025.